

FF Locadora de Veículos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Relatório da Administração

Apresentamos os resultados de 2025, ano em que mantivemos resiliência e empreendedorismo, próprios de nosso time e do povo gaúcho.

Com suas operações centralizadas na matriz em Erechim, Rio Grande do Sul, a Companhia conta atualmente com filial em Itajaí - SC, contando com clientes distribuídos em todas as regiões do País.

Atuamos de forma responsável e segura, realizando locações principalmente de longo prazo para terceirização de frotas leves e pesadas e também na locação eventual diária (Rent a Car – RAC) na Cidade de Erechim/RS. A operação junto ao Aeroporto de Chapecó/SC foi descontinuada no ano de 2025, visando foco no principal produto da companhia, a terceirização de frotas.

A Companhia obteve um significativo incremento em seu faturamento no ano de 2025, tendo em vista o aumento da frota de veículos leves, que foi o foco do crescimento em 2025, concentrados em contratos de locação de longo prazo. Foi também instrumento de geração de novas receitas a locação eventual diária (Rent a Car – RAC) no município de Erechim.

Estruturada em 2024, a unidade de venda de veículos seminovos, que retornam ao final dos contratos de locação, com a criação da FF Seminovos fisicamente em Erechim, seguiu possibilitando foco e visibilidade para a venda dos veículos com qualidade e rentabilidade, comercializando veículos leves e pesados na região e para todo o Brasil, cada vez mais reconhecida através de divulgação em parceria com influencers digitais para pesados e leves, e pela qualidade dos veículos e a segurança nos negócios realizados, recebendo a recomendação dos clientes.

Operando no segmento leves e também no segmento de pesados, da locação à venda de seminovos, a Companhia, além de manter e fidelizar mais a base de clientes atuais, foi em busca de novos clientes, diversificando ainda mais o espectro de clientes na sua base. Em início de 2026 inaugurou sua primeira loja física para locação de veículos na Av Sete de Setembro em Erechim, via de grande fluxo e visibilidade, aumentando ainda mais a exposição da marca e tornando-se cada vez mais conhecida no mercado local e regional.

Para a operação de veículos leves, manteve-se a estratégia de compras com cartas de créditos de consórcios, contratadas de forma estruturada com parceiros de grande porte neste mercado, possibilitando rapidez nas contemplações e com menor desembolso com lances e taxas de administração competitivas, reduzindo principalmente o custo com juros e financeiro.

Com o crescimento de seu portfólio, a FF Locadora de Veículos S.A. projeta para 2026 um ano com crescimento de faturamento, mas com foco em lucratividade, melhorando constantemente sua eficiência e processos. Com um time de colaboradores capazes e treinados, cumprindo seu papel socioambiental e remunerando adequadamente seu time e seus acionistas.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e diretores da

FF Locadora de Veículos S.A.

Erechim – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FF Locadora de Veículos S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FF Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras

e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita	
Veja a Nota 3.b e 15 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu receita operacional líquida de contrato com clientes no valor de R\$ 69.636 mil.</p> <p>O reconhecimento de receita de aluguel da Companhia ocorre na medida em que os clientes utilizam os veículos diariamente, conforme previsto em contratos.</p> <p>As receitas envolvem atenção significativa do auditor em função da relevância do saldo às demonstrações financeiras e do risco relacionado a possibilidade de certas receitas terem sido reconhecidas fora de seu respectivo período de competência, especialmente no que se refere a períodos próximos à data base das demonstrações financeiras (“corte das operações”).</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e alto volume de transações, na determinação do momento em que as condições de reconhecimento de receita tenham sido satisfeitas, as quais podem impactar nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Entendimento dos fluxos e processos de vendas, em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia reconhece a receita, notadamente no período de corte;• Para uma amostra de transações de venda da Companhia inspecionamos a documentação que evidencia a ocorrência da prestação de serviços no mês de competência, tais como: contrato com cliente, fatura e a liquidação financeira; e• Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideramos todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro

Contador CRC RJ-093679/O-1

FF Locadora de Veículos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	313	354	Fornecedores	10	1.946	8.199
Contas a receber de clientes	5	12.580	12.508	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	56.243	31.047
Impostos a recuperar	6	126	145	Obrigações sociais e trabalhistas		286	368
Instrumentos financeiros derivativos		116	2.447	Obrigações fiscais e tributárias		722	412
Despesas antecipadas		963	1.638	Adiantamento de clientes		2.293	3.029
Outras contas a receber	7	30	1.477	Consórcios a pagar	12	12.687	8.241
Total do ativo circulante		14.128	18.569	Arrendamentos a pagar	9	129	55
				Dividendos a pagar		1.727	744
				Outras contas a pagar	13	1.970	1.622
				Total do passivo circulante		78.003	53.717
Não circulante				Não circulante			
Outras contas a receber	7	2.196	1.110	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	116.986	115.075
Total do realizável a longo prazo		2.196	1.110	Consórcios a pagar	12	6.993	6.774
				Arrendamentos a Pagar	9	166	217
Imobilizado	8	215.084	193.728	Mútuos a pagar - Partes relacionadas	21	-	11.733
Ativo de direito de uso	9	275	261	Outras contas a pagar	13	688	462
Total do ativo não circulante		217.555	195.099	Total do passivo não circulante		124.833	134.261
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		20.000	20
				Reservas de lucros		8.847	25.669
				Total do patrimônio líquido		28.847	25.689
Total do ativo		231.683	213.668	Total do passivo e do patrimônio líquido		231.683	213.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FF Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos resultados do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	69.636	43.594
Custos dos serviços prestados	16	(26.577)	(21.436)
Lucro bruto		43.059	22.158
Despesas operacionais	16	(8.080)	(1.733)
Despesas gerais e administrativas		(9.271)	(4.656)
Outras receitas e despesas, líquidas		1.191	2.923
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		34.979	20.425
Resultado Financeiro		(30.838)	(17.346)
Receitas financeiras	17	2.372	3.948
Despesas financeiras	17	(33.210)	(21.294)
Resultado antes dos impostos		4.141	3.079
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
Resultado líquido do exercício		4.141	3.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FF Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	4.141	3.079
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	4.141	3.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FF Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>20</u>	<u>4</u>	<u>23.530</u>	<u>-</u>	<u>23.554</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.079	3.079
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(944)	(944)
Transferência reserva de lucros	-	-	2.135	(2.135)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>20</u>	<u>4</u>	<u>25.665</u>	<u>-</u>	<u>25.689</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.141	4.141
Aumento de capital social	19.980	-	(19.980)	-	-
Constituição de reserva legal	-	207	-	(207)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(983)	(983)
Transferência reserva de lucros	-	-	2.951	(2.951)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>20.000</u>	<u>211</u>	<u>8.636</u>	<u>-</u>	<u>28.847</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FF Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		4.141	3.079
Ajustes por:			
Despesas de juros	11 e 9	22.105	4.468
Depreciação e amortização	8	20.055	14.955
Baixa de imobilizado		2.902	-
Amortização de direito de uso	9	88	59
Alienação de ativo imobilizado		(903)	5.852
Instrumentos financeiros derivativos		2.331	(2.447)
		50.719	25.966
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(8)	3.749
Impostos a recuperar		19	(74)
Outras contas a receber		971	(1.292)
Fornecedores		(6.015)	(8.055)
Obrigações sociais e trabalhistas		(82)	198
Obrigações fiscais e tributárias		310	338
Adiantamentos de clientes		(737)	3.031
Outras contas a pagar		575	(3.609)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(47)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11	(22.075)	(4.441)
Juros pagos sobre arrendamentos		(30)	-
		23.647	15.764
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(52.261)	(158.283)
Venda de ativo imobilizado		8.614	-
		(43.647)	(158.283)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	11	127.487	62.760
Empréstimo pagos	11	(100.381)	(24.567)
Arrendamentos pagos	9	(79)	(67)
Consórcios	12	4.665	10.548
Pagamento de dividendos		-	(200)
Mútuos com partes relacionadas	18	(11.733)	11.733
		19.959	60.207
Redução de caixa e equivalentes de caixa			
		(41)	(82.312)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	354	82.666
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	313	354
		(41)	(82.312)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A FF Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades em 03 de setembro de 2012. Está localizada no município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Sete de Setembro, nº 483, Sala 05 B, Bairro Centro. Possui filiais nas cidades de Chapecó/SC, Itajaí/SC e Erechim/RS. Tem como atividade preponderante a locação de veículos leves e pesados e de implementos rodoviários.

1.1 Comentários da Administração sobre a performance operacional

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, embora tenha apresentado excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 63.874, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, considerando ainda o resultado obtido no decorrer do ano de 2025 com plena operação do projeto de locação de veículos pesados e leves na modalidade *rent a car*. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

A Companhia não apresenta atraso de pagamentos a fornecedores, empréstimos, salários entre outros passivos. Além disso, possui disponibilidade de crédito com as instituições financeiras com as quais possui relacionamento, para fins de manutenção do seu capital de giro e investimentos futuros.

Em relação ao endividamento versus disponibilidade de caixa é periodicamente avaliada a capacidade de geração de receitas a partir das vendas dos veículos seminovos e acompanhamento de faturamentos futuros oriundos dos contratos de longo prazo, com objetivo de monitorar o potencial de cumprir suas obrigações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados ativos e passivos financeiros (instrumentos financeiros derivativos), que são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 11 – Imobilizado: Determinação do valor residual dos ativos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Aluguel de veículos e implementos rodoviários	O serviço de aluguel tem seus critérios de desempenho atingidos a medida em que os clientes utilizam os veículos diariamente, conforme previsto em contratos de terceirização de frota ou Rent a Car.	As receitas de aluguel são reconhecidas em bases diárias ou mensais de acordo com os contratos de aluguel com os clientes.
Receita com Reembolso de Despesas	A receita de reembolso tem seus critérios estabelecidos em um contrato de locação, onde o veículo é entregue em condições adequadas. Durante o uso é oferecido o suporte ao cliente e na devolução poderá haver a cobrança de possíveis danos. Considera-se reembolso as manutenções, multas de trânsito, multas contratuais ou manutenções corretivas para devolução dos veículos ao final do contrato, além das taxas de administração sobre esta gestão de multas e manutenções.	As receitas de reembolso de despesas são reconhecidas quando ocorrer a manutenção e suporte ao cliente.
Venda de Veículo	Os clientes obtêm controle dos veículos quando o produto é entregue e mediante pagamento total firmado em contrato.	As receitas de veículos vendidos são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros diversos, rendimentos de aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, dentre outras.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de

diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

A depreciação estimada dos veículos é calculada pela diferença entre o custo de aquisição do veículo e seu valor previsto na data esperada da venda, deduzidos os descontos comerciais e as despesas de venda estimados. A depreciação é reconhecida de modo que o valor a depreciar seja integralmente reconhecido até o final da vida útil estimada, pelo método linear. A Companhia reavalia periodicamente a aderência dos métodos de depreciação para melhor refletir a equalização dos custos de manutenção e depreciação durante a vida útil dos veículos.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de

financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(iii) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis em nível individual. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas esperadas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Outros aspectos que são considerados pela Companhia na avaliação da provisão para perdas esperadas em créditos das contas a receber estão baseados na avaliação do negócio, principalmente relacionado ao rápido recebimento desses ativos e ao grande volume de clientes, considerando que não há dependência de clientes individualmente significativos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo

incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

As seguintes normas são efetivas para os próximos exercícios:

CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- a) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- b) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- c) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para medidas de performance de mercado. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionadas à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	-
Bancos	26	31
Aplicações financeiras	286	323
Total de caixa e equivalentes de caixa	313	354

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Todas as aplicações financeiras são remuneradas no intervalo de 70% a 100% em 2025 da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes mercado interno	12.256	12.298
Clientes mercado interno - partes relacionadas	324	210
Total contas a receber de clientes	12.580	12.508
Circulante	12.580	12.508

Abaixo, a abertura dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Idade dos saldos por vencimento		
A vencer	6.027	6.245
Vencidos até 30 dias	501	650
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.304	570
Vencidos entre 61 e 90 dias	509	507
Vencidos entre 91 e 120 dias	223	2.006
Vencidos entre 121 e 150 dias	146	573
Vencidos entre 151 e 360 dias	2.043	1.957
Vencidos há mais de 360 dias	1.827	-
Total idade dos saldos por vencimento	12.580	12.508

6 Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF saldo negativo a compensar	126	125
INSS a Recuperar	-	20
Total de impostos a recuperar	126	145

7 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui os seguintes saldos a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	-	22
Adiantamento a empregados	12	6
Fundo reserva de consórcios a receber (i)	2.178	1.110
Consórcios contemplados a receber	5	1.247
Títulos de capitalização	-	199
Outras contas a receber	13	3
Cotas Capital Cooperativas	17	0
Total de outras contas a receber	2.225	2.587
Circulante	30	1.477
Não circulante	2.195	1.110

- (i) O fundo reserva é um percentual cobrado na parcela mensal do consórcio, afim de cobrir imprevistos do grupo de consorciados, tais como inadimplência, por exemplo. Caso não seja utilizado, o valor é devolvido no encerramento do grupo.

8 Imobilizado

Movimentação do custo	Veículos pesados - caminhões	Veículos leves	Veículos	Outros Ativos Imobilizados	Imobilizado em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.868	22.229	-	69	4.239	70.405
Adições	-	-	151.215	24	11.579	162.818
Baixas	-	-	(8.590)	-	-	(8.590)
Transferências	(43.868)	(22.229)	66.097	-	(12.450)	(12.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	208.722	93	3.368	212.183
Adições	-	-	51.221	74	729	52.024
Baixas	-	-	(11.119)	-	(2.260)	(13.379)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	248.824	167	1.837	250.828
Movimentação da depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(2.621)	(3.601)	-	(16)	-	(6.238)
Depreciação	-	-	(14.949)	(6)	-	(14.955)
Baixas	-	-	2.738	-	-	2.738
Transferências	2.621	3.601	(6.222)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	(18.433)	(22)	-	(18.455)
Depreciação	-	-	(20.045)	(10)	-	(20.055)
Baixas	-	-	2.767	-	-	2.767
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	(35.711)	(32)	-	(35.743)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	-	-	190.289	71	3.368	193.728
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	-	-	213.113	135	1.837	215.084

Vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram avaliadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou nenhum indício que levou à necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

9 Ativo Direito de Uso

A composição do direito de uso em arrendamentos tem a seguinte apresentação:

Movimentação Ativo	Direito de Uso em Arrendamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	134
Reconhecimento de novos contratos	314
Encerramento de Contratos	(170)
Amortização dos direitos de uso	(59)
Baixa Amortização dos Direitos de Uso	42
Saldos em 31 de dezembro de 2024	261
Reconhecimento de novos contratos	102
Amortização dos direitos de uso	(88)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	275
Movimentação Passivo	Passivo de Arrendamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	126
Reconhecimento de novos contratos	314
Encerramento de Contratos	(170)
Atualização de juros	27
Baixas Atualização Juros	42
Pagamentos	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	272
Reconhecimento de novos contratos	102
Atualização de juros	30
Pagamentos	(109)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	295

10 Fornecedores

A composição de fornecedores tem a seguinte apresentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	1.946	8.119
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	-	80
Total de fornecedores	1.946	8.199

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo é composto dos seguintes valores:

Modalidade	Garantia	Taxa a.a.	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures *	Aval dos sócios	3,52% + CDI	15/12/2029	67.000	83.355
CDC/CCB**	Aval dos sócios	13,49% a 17,85%	14/03/2029	23.581	14.809
Finame	Aval dos sócios	13,8% a 16,55%	17/12/2029	46.981	45.651
Notas Comerciais	Aval dos sócios	4,2% aa+CDI 19,8%aa	28/01/2029	35.666	2.307
Total				173.228	146.122
Circulante					56.243
Não circulante					116.986

* As debêntures referem-se à captação realizada pela Companhia em 15 de dezembro de 2023 (1ª emissão) no montante total de R\$ 100.000 (cem milhões de reais). As debêntures foram emitidas com prazo final de pagamento em dezembro de 2029, com pagamentos mensais, carência do valor nominal até junho de 2024. Incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida exponencialmente, spread de 3,52% a.a. A emissão foi realizada através do Instrumento Particular de Escritura Pública da 1ª emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático da FF Locadora de Veículos S.A., firmado entre a Companhia e o agente fiduciário, Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.

**A modalidade CDC/CCB se refere a Crédito Direto ao Consumidor e Cédula de Crédito Bancário.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures mantidos pela Companhia não possuem cláusulas contratuais de vencimento antecipado vinculadas ao cumprimento de indicadores financeiros (*covenants*), tais como índices de alavancagem, cobertura de juros, liquidez ou quaisquer outros indicadores econômico-financeiros. Dessa forma, não há indicadores financeiros estabelecidos contratualmente a serem monitorados para fins de vencimento antecipado dessas obrigações.

Adicionalmente, a Administração declara que a Companhia encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais assumidas junto às instituições financeiras e demais credores, não havendo, na data-base das demonstrações financeiras, quaisquer eventos de descumprimento contratual que pudessem ensejar o vencimento antecipado das referidas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2027	59.392
2028	44.808
2029	12.786
Total	116.986

Durante o exercício os contratos apresentaram a seguinte movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	146.122	103.395
Empréstimos tomados	127.487	67.294
Empréstimos pagos	(100.381)	(24.567)
Juros provisionados	22.075	4.441
Juros pagos	(22.075)	(4.441)
Saldo Final	173.228	146.122

12 Consórcios a pagar

A composição dos consórcios a pagar tem a seguinte apresentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Consórcios contemplados	19.680	15.015
Total de consórcios a pagar	19.680	15.015
Circulante	12.687	8.241
Não circulante	6.993	6.774

13 Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamentos	462	858
Receitas a apropriar	19	139
Caução de aluguel	281	692
Outras contas a pagar	1	395
Cartão de crédito	1.007	-
Seguros a pagar	888	-
Total de outras contas a pagar	2.658	2.084
Circulante	1.970	1.622
Não circulante	688	462

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de abril de 2025 foi aprovado aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 19.980 através da transferência de Reservas de Lucros, conforme ata registrada sob nº 11126732. O capital social, totalmente integralizado, está representado por 20.000.000 ações, no valor ordinário de R\$ 1 cada, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil, conforme segue:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	%	Ações	%
VDS Participações S.A.	19.900.099	99,50%	19	99,99%
A.G. Holding de Participações S.A.	99.901	0,50%	1	0,01%
Total do capital social	20.000.000	100,00%	20	100%

Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro para a reserva legal, até que esta atinja a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva legal já atingiu o limite de 20% do capital social conforme prevê a legislação, antes de qualquer destinação, entretanto em 2025 houve integralização de capital social com as reservas de lucros disponíveis, iniciou-se o processo de recomposição da reserva legal.

Dividendos obrigatórios

Conforme previsto em Estatuto Social, a Companhia deve destinar a importância para distribuição do dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, aos acionistas, no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2024 a Companhia provisionou dividendos conforme prevê estatuto.

15 Receita líquida

A composição da receita líquida é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com locações de veículos	68.179	45.622
Receita com Reembolso Despesas	8.588	2.041
Impostos sobre serviços	<u>(7.131)</u>	<u>(4.069)</u>
Receita operacional líquida	<u>69.636</u>	<u>43.594</u>

Receita mínima contratada referente a alugueis de veículos

Conforme requerido pelo CPC 47 “Receita de Contrato com Cliente”, divulgamos abaixo os valores que a Companhia espera reconhecer como receita devido às obrigações de performance que não se encontram satisfeitas em 31 de dezembro de 2025:

<u>Ano</u>	<u>Receitas</u>
2026	67.224
2027	54.880
2028	39.591
<u>2029 e após</u>	<u>24.636</u>
Total	<u>186.331</u>

Os contratos de alugueis de veículos podem ser rescindidos mediante aviso prévio, cujo prazo é previamente acordado entre as partes, e as multas contratuais são de até 50% do valor dos alugueis a vencer.

16 Despesas por natureza e por função

A composição das despesas por natureza é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Combustíveis	(134)	(91)
Salários, provisões e encargos	(2.457)	(1.630)
Manutenção de veículos, IPVA e outros	(5.374)	(7.526)
Auto de Infração e Multas	(707)	(224)
Depreciações e amortizações	(20.055)	(11.996)
Seguro e monitoramento	(2.327)	(1.356)
Amortização direito de uso	(88)	(59)
Outras despesas	<u>(4.706)</u>	<u>(3.210)</u>
Total das despesas por natureza	<u>(35.848)</u>	<u>(26.092)</u>
Custos dos serviços prestados	<u>(26.577)</u>	<u>(21.436)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(9.271)</u>	<u>(4.656)</u>
Total das despesas por função	<u>(35.848)</u>	<u>(26.092)</u>

17 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	99	7
Juros recebidos	106	80
Variações monetárias ativas	147	-
Ganhos com derivativos	1.211	2.447
Rendimentos s/ aplicações financeiras e consórcios	454	1.283
Outras receitas financeiras	355	131
Total das receitas financeiras	2.372	3.948
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(227)	(264)
Despesas bancárias	(51)	(13)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.767)	(4.702)
Taxa de administração de consórcios	(2.898)	(2.164)
Juros Pagos	(463)	(77)
Juros e taxas emissão debêntures	(13.324)	(13.267)
Variações monetárias passivas	(805)	(85)
Perdas com derivativos	(3.577)	(125)
Outras despesas financeiras	(3.098)	(597)
Total das despesas financeiras	(33.210)	(21.294)
Total do resultado financeiro, líquido	(30.838)	(17.346)

18 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas do Grupo como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo.

a. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas que a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão abaixo discriminadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
AG Brasil Logística e Transporte de Carga S.A.	305	-
FF Gerenciamento de Risco Ltda.	9	1
SCA Agronegócios Ltda	5	-
Tech4log Soluções em Tecnologia Ltda	5	-
Total	324	1
Passivo Circulante		
Empréstimos e financiamentos		
F&F Cred Securitizadora S.A.	10.985	2.307
Total	10.985	2.307
Outras contas a pagar		
VDS Participações S.A. – Dividendos a pagar	1.727	744
Total	1.727	744
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos		
F&F Cred Securitizadora S.A.	11.558	-
Total	11.558	-

b. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores, sendo que a remuneração paga, na forma de pró-labore, foi de R\$ 2.000 em 2025 e R\$ 2.000 em 2024.

19 Provisão para processos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com auxílio dos seus consultores legais externo. No ano de 2025 não tiveram processos com risco de perda provável.

A Companhia possui ações que foram avaliadas pela Administração com auxílio de seus assessores jurídicos como risco de perda possível em 31 de dezembro 2025, no montante de R\$ 166 (cento e sessenta e seis mil reais), para as quais não foram constituídas provisões.

20 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado, os quais são gerenciados ativamente em conformidade à Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”) e diretrizes internas a ela subordinadas.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) *Administração de riscos de crédito*

O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme classificação de *rating* e concentração do portfólio da Companhia.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Administração de risco de crédito	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	313	354
Contas a receber de clientes	5	12.580	12.508
Instrumentos financeiros derivativos		116	2.447
Outras contas a receber	7	2.225	2.387
Total		15.234	17.696

Visando gerenciar o risco de crédito associado a estes ativos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de grande porte. Para os demais saldos recebíveis, a Companhia realiza análise da situação dos devedores através de políticas de concessão de crédito a fim de mitigar riscos de inadimplência.

(ii) Administração de riscos de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer o desempenho da Companhia sob a perspectiva de caixa.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Abaixo, a exposição estimada da Companhia nas principais obrigações passivas, com a previsão de pagamento de juros.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos ou mais
Fornecedores	1.946	1.946	1.946	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	173.228	187.152	64.981	63.551	45.829	12.791	-
Consórcios a pagar	19.680	19.680	12.687	2.748	2.498	836	911
Mútuos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	2.293	2.293	1.169	1.124	-	-	-
Arrendamentos a Pagar	295	295	112	95	75	13	-
Total do Circulante	197.443	211.366	80.895	67.518	48.402	13.640	911

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos ou mais
Fornecedores	6.367	6.367	6.367	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	146.122	165.336	35.588	40.244	40.410	36.055	13.039
Mútuos a pagar	11.733	11.733	-	-	-	-	11.733
Adiantamento de Clientes	3.031	3.031	3.031	-	-	-	-
Arrendamentos a Pagar	272	272	55	61	68	75	13
Total do Circulante	167.525	186.739	45.041	40.305	40.478	36.130	24.785

(iii) Administração de riscos de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos.

A política de riscos da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas. Entretanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia estava exposta aos riscos de taxas de juros, conforme abaixo:

Administração de riscos de taxa de juros	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	4	286	323
Empréstimos e financiamentos	12	173.228	146.122
Mútuos		-	11.733
Consórcios		19.680	15.015
Total		193.194	173.193

A simulação do índice da variação dos ativos e passivos líquidos, a título de análise de sensibilidade e impacto líquido nas demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

Índices	CDI em 2025	Cenário provável em 2026
Ativos e passivos líquidos sujeitos a variação do CDI: R\$ (193.194)	14,26%	15%
Variação em R\$	27.549	28.979
Índices	CDI em 2024	Cenário provável em 2025
Ativos e passivos líquidos sujeitos a variação do CDI: R\$ (173.193)	10,8%	10,0%
Variação em R\$	18.722	17.319

(iv) Instrumentos financeiros por categoria

	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	-	313	-	354
Contas a receber	Nível 2	12.580	-	8.463	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	-	116	-	2.447
Outras contas a receber	Nível 2	2.225	-	2.385	-
Passivo					
Fornecedores	Nível 2	1.946	-	6.367	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	173.228	-	146.122	-
Mútuos com partes relacionadas	Nível 2	-	-	11.733	-
Consórcios	Nível 2	19.680	-	15.015	-
Arrendamentos a pagar	Nível 2	295	-	272	-
Outras contas a pagar	Nível 2	2.658	-	2.084	-

(v) Administração de capital

A definição da estrutura de capital ideal da Companhia está essencialmente associada à:

- (i) Robustez de caixa como fator de tolerância a choques de liquidez;
- (ii) Alavancagem financeira e;
- (iii) Maximização do custo de oportunidade do capital.

A estratégia de caixa e liquidez leva em consideração cenários históricos de volatilidade de resultados, bem como simulações de crises setoriais e sistêmicas e fundamenta-se em permitir resiliência em cenários de acesso restrito ao capital.

A alavancagem financeira busca o equilíbrio entre as diversas fontes de financiamento e respectivas condições de alocação com o objetivo de maximizar o custo de oportunidade da Companhia em suas iniciativas de expansão de negócios. Além disso, o objetivo de manutenção do grau de investimento disciplina a ponderação de capital próprio e de terceiros. A Companhia monitora os níveis de endividamento e de dívida líquida.